



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 49

Sessão ordinária de dezembro

4.ª reunião em 11-01-2012

Aos onze dias do mês de janeiro de dois mil e doze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pela Segundo Secretário Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, na qualidade de Primeiro Secretário, e a Vogal Susana Cristina Chaves Batista Esteves, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Marco António Costa Gonçalves, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Adélio Correia Marques Silva, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Fragateiro da Cunha, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos Vogais:[001](#)

Telmo Vieira Martins, Raúl Ventura Martins, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, João Alberto Simões Barbosa.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia (chegou às 22:00 horas) e os Vereadores Carlos Manuel Silva Santos, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, e Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião do Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroteia e dos vogais Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Marco António Costa Gonçalves, Paulo Alexandre Florentino Marques e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.[004](#)

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e Antero Marques dos Santos, se fizerem substituir nesta reunião, respetivamente, por Firmino Marques Ferreira e Adélio Correia Marques Silva.

O sucedido na lista de candidatura, António Manuel Santos Salavessa apresentou escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Ponto 7. – 2.º Relatório da Comissão Eventual de Acompanhamento da Instalação da Unidade Tratamento Mecânico Biológico⁰⁰⁵.

(O Relatório sobre o assunto em epígrafe, foi elaborado em 06/12/2011 pela Comissão, e distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal, fazendo parte do original desta ata, anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal Manuel António Coimbra, como Presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento da UTMB, para a apresentação do documento em epígrafe acompanhado de PowerPoint elucidativo.

Presidente da Comissão UTMB, Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁰⁶

De seguida inscreveram-se para usar da palavra, os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁰⁸

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro, excelentíssimos Senhores Vereadores, excelentíssimos Senhores Deputados. Bem o PCP não esteve presente na visita, na deslocação à Unidade de Tratamento Mecânica ou Biológico. Estivemos presentes sim nas reuniões posteriores da Comissão e só uma nota prévia, eu gostaria de agradecer ao Dr. Cartaxo e ao Prof. Manuel António Coimbra portanto o trabalho e a exposição do trabalho realizado e acho que não gostaria de deixar de começar por fazer esta saudação.

O PCP não esteve como eu dizia presente na deslocação, estivemos presentes posteriormente na reunião, portanto na preparação da elaboração deste relatório aqui apresentado.

Parece-nos que o relatório de facto elenca de uma forma bastante concisa e correta aquilo que terá sido portanto observado e visto in loco. E da nossa parte portanto há um sublinhado daqueles que são os aspetos conclusivos, nomeadamente na parte final deste relatório.

O PCP sublinha esses aspetos e sublinha essencialmente estes: — que esta é uma obra importante para o concelho de Aveiro, para o desenvolvimento do próprio concelho e com a abertura desta Unidade certamente trará oportunidades de emprego, não obstante naturalmente as dificuldades da instalação de uma Unidade com estas características acarreta. Consideramos que este é um aspeto positivo.

E consideramos que este é um aspeto positivo se rapidamente ele importar o encerramento da lixeira. Lixeira até parece um eufemismo, mas eu diria lixeira. Portanto que está situada em Taboeira.

Efetivamente cremos que é uma tremenda injustiça que aquela povoação ali daquela zona do concelho de Aveiro continue a ter injustificadamente e injustiçadamente, ter de aturar aquela ferida que ali está e que de facto cujo prazo de validade já há muito foi ultrapassado. Portanto esperemos que rapidamente aquela situação desapareça e ali portanto nasça outra coisa qualquer melhor para aquela população, e positiva para o desenvolvimento do concelho.

Outros aspetos que nos cumpre e a nossa opinião importante assinalar é de facto as responsabilidades que a ERSUC terá em todo este processo e em todo o desenvolvimento posterior. Não obstante o compromisso que terá da construção daquela via sugestionada a vermelho com as tais três rotundas, parece-nos que efetivamente existe um problema que não será ultrapassado com essa construção.

Existem as tais ligações que o Prof. Manuel António Coimbra assinalou quer para norte, quer para sul, mas que efetivamente essas ligações não existem. E portanto, a passagem dos camiões por zonas ou por estradas inadequadas para a sua circulação ou por zonas fortemente ou menos fortemente, mas onde de facto existe população residente, que naturalmente tem direito ao descanso, a um ar limpo, de facto essa situação tem que ser corrigida. E a ERSUC aqui terá que assumir as suas responsabilidades. Não apenas a ERSUC mas também o Governo da República.

Como é sabido de todos os presentes na sala havia um compromisso da construção de uma autoestrada Aveiro/Águeda, que naturalmente foi sendo empurrado para a frente, com promessa de não ser SCUT.

Hoje em dia essa discussão parece um pouco ultrapassada efetivamente, mas a verdade é que o compromisso existe. Um compromisso assumido aquando da designação daquele local. E a nossa opinião, se não é possível construir portanto uma autoestrada, que se construa de facto uma via rápida. Uma via que possa possibilitar que os camiões que trazem o lixo para o nosso concelho entrem e saiam daqui rapidamente com menores prejuízos possíveis para a população — isto para nós é um aspeto fundamental de assinalar porque há aqui aspetos relacionados com a natureza, com a qualidade de vida do concelho que têm que ser salvaguardados. E Senhores Deputados em relação a isto tenho dito.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[009](#)

“Boa noite a todos os presentes. Gostava também de começar por dar uma palavra de apreço aos responsáveis pela apresentação, que a mim, que por motivos profissionais não pude fazer a visita, se mostrou esclarecedora. Estando aqui a falar de uma Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, que do ponto de vista é exclusivamente ambiental, hoje urge começar a trabalhar com a máxima urgência possível por diversos motivos, sendo que o primeiro é o estado atual do aterro da Taboeira, que está obviamente no limite das suas capacidades e cuja área se transformou já num pequeno monte.

Mas mais importante do que isso, também, é perceber que esta nova Unidade vai ter três competências essenciais. Uma delas é a triagem automatizada para a separação dos produtos recicláveis, aqueles que provêm da recolha seletiva, plásticos e isso tudo, e vai ter uma Unidade de preparação de combustível derivada dos resíduos não recicláveis, os refugos dos diversos processos, e uma Unidade de valorização energética — enfim, tudo aquilo que não vai ser aproveitado vai para o aterro.

Ao analisarmos estas competências percebemos bem que a reciclagem no modelo económico atual se faz essencialmente porque se chegou à conclusão de que o lixo é uma matéria-prima valiosa e não uma prioridade para o Ambiente. Nós não temos nada contra a autorização da matéria-prima por ela valer dinheiro. O que é preciso esclarecer aqui é que na nossa opinião, é que com outra política e outro modelo económico e social, seria possível produzir muito menos desperdício — e isso sim seria seguir uma linha política em nome do coletivo e acima de tudo em nome do Ambiente.

Toda a gente sabe que hoje quando se vai ao supermercado (para dar um exemplo óbvio), há 20 anos queríamos comprar uns parafusos trazíamos no bolso, hoje trazemos uns parafusos com um bocadinho de cartão, um bocadinho de plástico — e é este o modelo

que está errado e é este o modelo que permite que faz com que seja necessário este tipo de iniciativas.

Há uma injustiça nesta matéria. E essa injustiça é que se está a pôr os cidadãos a pagar pelo tratamento do lixo no modelo económico que não é deles. Isto é preciso ter em conta na política futura da ERSUC. É uma empresa pública de capitais públicos, e por falar nisso, na primeira reunião em que eu estive presente fiquei a saber, que hoje em dia ninguém sabe como é que está o projeto do TGV, ninguém sabe se vai acabar por ir para a frente ou não! Na altura fiquei a saber que havia o projeto do TGV a passar onde está esta Unidade e que por isso o aterro ia ser mais pequeno! Sabe-se que a ERSUC tem um contrato da concessão da área por 10 anos, que começou já em 2010, e eu gostava de ser esclarecido sobre isto. Se a ERSUC por esse motivo não se terá preocupado com a eventual menor durabilidade do projeto que seria necessário. Eu não sei se o Vereador Pedro Ferreira pode responder a isto como Vereador ou como Administrador da ERSUC? Isto para dizer que seja legal ou não, na nossa opinião é lamentável esta acumulação de cargos por parte de como Vereador e como Administrador da ERSUC. Até porque tem havido muitos negócios, contratos envolvidos, entre a Câmara Municipal e a ERSUC — e já agora também com as Águas de Portugal. Para já é tudo, muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[010](#)

“Boa noite. Primeiro felicitar a Comissão que elaborou este trabalho aqui apresentado. De facto, de uma forma clara e rápida para aqueles que ainda não tiveram oportunidade de ir ao local, ficou-se aqui com uma breve ideia do estado em que se encontra a construção da Unidade de Tratamento.

E relativamente a esta questão da ERSUC queria dizer o seguinte: ninguém tem dúvidas do objetivo da ERSUC. E ninguém tem dúvidas que este projeto é um projeto que é benéfico para Aveiro. Ninguém tem dúvidas que para além de benéfico é necessário.

E ninguém tem dúvidas que este projeto está com toda a certeza, representa em termos tecnológicos com toda a certeza a aplicação na prática de todo o tipo de tecnologia relacionado com o tratamento de resíduos. Até aqui tudo bem.

A questão é esta: estamos perante uma empresa que viu há pouco tempo uma concessão prolongada por mais oito anos! E portanto, quer isto dizer em termos práticos que é uma empresa que não procura o prejuízo. Obviamente como todas as empresas procura resultados, procura dividendos. E se achamos que esta empresa tem capacidade para fazer face às toneladas de resíduos que são produzidos, que tem capacidade de fazer o tratamento necessário a estes resíduos, também essa empresa tem que perceber que nós temos capacidade de perceber e de entender que ela também tem objetivos que passam pelo lucro — se não, esta concessão não teria sido prolongada.

E portanto é no mínimo exigível que a empresa perante Aveiro, também assuma aquilo que assume nos seus valores enquanto empresa e relativamente à missão que representa em termos de instituição.

Eu queria só citar relativamente aos valores desta empresa, o que é que ela apregoa em termos de imagem digamos assim. “Exigência, responsabilidade individual, coletiva e social, ética de trabalho de investimento e valorização de capital humano”.

Mais ainda, sustentabilidade ambiental, económica e social! Não creio que isto não seja possível. Se estivermos perante uma empresa que tem todas as condições para laborar, mas não cria as condições para que a população à volta também veja refletidos estes valores na missão que ela se propõe. E de facto permitir que uma empresa comece a laborar olhando apenas para o seu umbigo, esquecendo os compromissos que tem perante a população onde vai implementar uma das suas unidades, também não é correto. Disse.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰¹¹

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹²

Vogal Marques Pereira (PS)⁰¹³

“Senhor Presidente, Senhores Deputados. Gostava de começar por referir nesta intervenção (e que à frente concretizarei), mas gostaria de começar pelo seguinte: em primeiro lugar é bom que todos nos recordemos que a Unidade de Tratamento Mecânico Biológico não devia estar sediada em Aveiro. Aveiro já deu para esta questão do Tratamento de Resíduos durante longos e penosos anos. Em que especialmente a população de Taboeira muito tem sido penalizada em relação a esta matéria. E a Câmara de Aveiro decidiu no âmbito da ERSUC, chegar-se à frente e prescindindo de uma normal e salutar solidariedade regional, ter no seu município a instalação desta Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico.

Na época o Senhor Presidente de Câmara assegurou à população de Aveiro um conjunto de investimentos concomitantes a esta instalação, que em muito iriam beneficiar o município.

A primeira pergunta que coloco é onde é que eles estão hoje em janeiro de 2012?

Segunda questão, em relação à tecnologia instalada nunca tive dúvidas e hoje essas dúvidas para mim também não existem, de que se tudo for cumprido na utilização da Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico, assim como as matérias depositadas em aterro obedecerem a todos os requisitos de segurança, as populações de Aveiro, a não ser que haja uma catástrofe natural, não serão penalizadas grandemente do ponto de vista Ambiental, nomeadamente em relação à qualidade do ar, uma vez que a tecnologia usada na Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico em Aveiro e em Coimbra é das mais caras do mundo. E há quem defenda inclusivamente que para as necessidades do país, enfim, não seria necessária uma tecnologia e uma infraestrutura tão pesada. Mas ela está construída e o investimento está feito e, portanto, desse ponto de vista e volto a enfatizar, se todas as normas de segurança, se todas as normas de laboração, se todos os resíduos depositados em aterro obedecerem às regras, a população de Aveiro do ponto de vista Ambiental e dos seus impactos negativos pode estar muito razoavelmente descansadas. Agora Senhores Deputados, há uma questão essencial nesta matéria. Que é a questão do acesso à Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico! E eu penso que é aqui que as energias da Assembleia Municipal se têm de centrar para a resolução deste problema. Desde o início deste projeto que está estabelecido que um investimento complementar à construção da Unidade de Tratamento se concretize, que é o eixo de Aveiro/Águeda.

Ele foi introduzido no Plano Rodoviário Nacional única e exclusivamente para fazer face a esta nova infraestrutura. E tanto quanto se sabe, em face dos problemas do país, não estará para tão cedo a sua concretização efetivada.

Ainda que esse projeto estivesse em vias de concretização, estava projetado também desde o início da construção para a Unidade de Tratamento uma estrada dedicada que foi aqui mostrada no PowerPoint e que o Deputado Manuel Coimbra tão bem caracterizou. Estrada essa que servia não só para a laboração da própria Unidade como também para a sua construção. E esta realidade é conhecida desde o início do projeto, e como vossas excelências sabem, é competência dos municípios regular e estabelecerem os traçados das ruas, das estradas, que atravessam as nossas circunscrições territoriais. Donde era acometida à Câmara Municipal o estabelecimento do traçado desta estrada que iria ligar a (dita de uma forma simples) estrada de Mamoadeiro à Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico! E para o efeito a ERSUC tinha contemplado no seu orçamento verbas para o projeto e verbas para a construção dessa obra.

À partida as coisas estavam facilitadas e aquilo que era exigido à Câmara de Aveiro era apenas dizer por onde haveria de passar a estrada. E muito bem, no mandato anterior o traçado foi definido, a ERSUC pagou o projeto, iniciou-se os procedimentos para se

contratualizar a obra, e em agosto de 2009 a obra estava adjudicada pela ERSUC. Senhores Deputados, eu repito, em agosto de 2009 a obra da estrada dedicada que aqui foi mostrada no mapa estava adjudicada pela ERSUC! Ou seja, a obra poder-se-ia iniciar no mês a seguir.

Em face de alguma contestação que surgiu nomeadamente na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, o Senhor Presidente da Câmara que muito lamento a sua não presença aqui hoje, visto que é o principal responsável por esta matéria, fez parar o processo e indagou junto da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima qual seria o melhor traçado. E fez uma coisa que no tratamento institucional com uma Junta de Freguesia é do meu ponto de vista a todos os títulos reprovável.

Fez não só dessa vez, como de outras sucessivas, procurou passar a responsabilidade do atraso para a ineficiência da própria Junta e da sua incapacidade junto dos proprietários em procurar conciliar e concertar o melhor traçado para se concretizar a ligação à Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico!

E chegou-se inclusivamente, já com o executivo que hoje está em funções na Junta de Nossa Senhora de Fátima, viram-se na necessidade inclusivamente de assinarem todos um documento reiterando a má prática levada a cabo pelo Senhor Presidente da Câmara e o seu restante executivo, em face de, enfim, se fazer aquilo que o nosso povo comumente costuma designar por “sacudir a água do capote” e alijar responsabilidades para quem manifestamente não as detinha — porque não tem competência legal para o efeito.

Vendo, Senhoras e Senhores Deputados, nós hoje não temos uma estrada que faça essa ligação. O primeiro traçado foi irresponsavelmente hipotecado pela inépcia, incompetência, e inabilidade do Senhor Presidente da Câmara de Aveiro, que não teve a coragem política para decidir pelo interesse geral. E anteriormente a isso não teve a capacidade de concertação e conciliadora, perante a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e os proprietários dos terrenos de Nossa Senhora de Fátima, e como é normal e já vimos isto acontecer por exemplo em Santa Joana, fez a coisa mais fácil que tinha que fazer é: — não se faz estrada nenhuma e assim toda a gente fica satisfeita!

O problema está em que o Senhor Presidente de Câmara tem brindado o município sucessivamente com estas lamentáveis inações e hoje o que temos é uma boa desculpa para a falta de ação, e são os malandros da REN e da RAN que mandaram para aí uns pareceres negativos, que hipotecam a concretização deste segundo traçado.

Minhas Senhoras e meus Senhores, quero declarar com compromisso de honra que, a culpa não morre solteira. E a responsabilidade total pela inexistência desta estrada, pelo atentado ao interesse público de todo o município, é da pura e exclusiva responsabilidade deste executivo, nomeadamente do Senhor Presidente da Câmara de Aveiro o Dr. Élio Maia. Disse.”

Vogal Sesnando Reis (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[014](#)

“Senhor Presidente, Digníssima Câmara, Caros colegas Presidentes, Senhores Deputados. Eu não vou falar da visita que fizemos à Unidade de Tratamento, porque durante a sua implantação eu consegui ter ao meu lado uma Engenheira de Ambiente a estagiar. E desde já quero agradecer ao Dr. Alberto Santos e a todos os que o rodeiam a amabilidade que teve de nos autorizar entrar dentro da Unidade sempre que pretendêssemos e quiséssemos e assim o fizemos. Portanto conheço bem a elaboração da Unidade de Tratamento Mecânica ou Biológica. Queria também agradecer à Direção da ERSUC todo o empenho que tem tido na concretização do pagamento dos terrenos ocupados na elaboração da estrada que vai ligar a Mamoadeiro.

Na minha Freguesia já foram concluídos hoje os últimos pagamentos. Acredito plenamente na ERSUC, na sua Direção, de que vão cumprir escrupulosamente os protocolos que eu assisti.

Quanto à estrada de ligação a Mamoadeiro, fala-se muito. Mas muitas das vezes seria melhor trabalharmos mais, falarmos com seriedade, e não dizermos por vezes coisas que não são verdades. Como por exemplo tanto quanto eu sei a RAN e a REN, já têm o assunto desbloqueado.

De facto houve um impedimento da parte dos cidadãos de Mamoadeiro, que têm todo o direito, ninguém tem o direito de retirar seja o que for a um Presidente de uma Assembleia de Freguesia por muito pobrezinha que seja. Tem que definir pelos seus próprios pés e pelas suas próprias mãos, não têm que ser os outros a definir por ninguém.

Mais. Foi há muito tempo que foi colocada uma placa, já o disse aqui, pelo Governo Socialista na rotunda do Milénio em Águeda, para fazer o projeto do Eixo-Estruturante. Foi o Governo Socialista que o retirou de ser construído, não foi mais ninguém. Não vamos andar aqui a brincar!

Se me perguntarem lutas pela ligação à A1? Ai, isso sim, porque é a via mais fácil. Agora vamos deixarmo-nos de demagogias baratas. Porque aquilo é uma Unidade de Tratamento, está bem construída, acredito em tudo o que está lá e também gostaria de acreditar que as pessoas tivessem um bocadinho de bom senso e dissessem as verdades. Não devemos falar para um monte. Porque eu sei, porque acompanho, já o disse há bocado, a implantação da Unidade. E se acompanho sei o que se lá passa porque me transmitem e vejo inclusivamente e acompanhei todo o trabalho da RAN e da REN no local. Sei como está a correr. Sei como se está a processar. E tenho quase a certeza que o Dr. Alberto Santos vai concluir a estrada e vai pôr tudo em ordem para que a fábrica arranque, para que a Unidade de Tratamento arranque devidamente com os acessos que lhe são atribuídos minimamente. Porque a culpa do Eixo-Estruturante nem é da Câmara de Aveiro nem é da ERSUC, é de quem estava no Governo quando não foi capaz de elaborar. E fico-me por aqui.”

Vogal Vieira dos Santos (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[015](#)

“Senhor Presidente, Digníssimas Secretárias, Senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia. Muito rapidamente porque não gosto de ser enfadonho neste assunto. Mas sinceramente tenho que dizer aqui duas palavras porque a Unidade de Tratamento está instalada na Freguesia de Eirol.

Um primeiro assunto e pergunta é: dentro das promessas feitas, seriam atribuídos postos de trabalho para a freguesia ou freguesias envolventes. Eu perguntava, por exemplo, se há alguma freguesia envolvente como Requeixo, Nossa Senhora de Fátima, Oliveirinha e Eixo, se teve, digamos, alguém que tivesse informado que já estavam abertas inscrições para trabalhadores para a Unidade?

Um segundo. Penso que esta Unidade de Tratamento começou pelo fim e está agora a fazer o princípio, porquê? Porque andou-se a fazer a Unidade de Tratamento com camiões de grande porte, grande tonelagem, por vias secundárias nas freguesias de Requeixo e de Eirol, que rebentaram com tudo! E por isso está-se agora a fazer uma estrada para dar a sustentabilidade à Unidade. Mas até aqui foi carregar com ferros, enfim, toneladas que só quem via os camiões, cimentos, etc!

Depois outro assunto que eu queria aqui frisar é o seguinte: — com a instalação desta Unidade foram cortados todos os caminhos florestais naquela zona envolvente, e até agora ainda não vi a serem retomados esses caminhos que dão acesso aos pinhais das pessoas!? E isto é um assunto que mexe com a Junta de Freguesia. Porque é à Junta de Freguesia que os donos desses terrenos se vão queixar.

Um outro assunto é a ligação que fazia o caminho de Horta até à ponte sobre a A1 em Requeixo. Que foi rasgado para fazer o saneamento e aquilo está uma vergonha! E por isso eu pedia a esta Comissão, digamos, que pressionasse a ERSUC para resolver estes assuntos. Obrigado.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰¹⁶

Vogal Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁷

“Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite a todos. Para já também queria agradecer à maravilhosa exposição que aqui foi feita com fotografias do PowerPoint do Dr. Cartaxo e pelo nosso colega Manuel Coimbra.

O relatório que nos apresentaram foi o relatório possível. Penso que foi o relatório correto, mais objetivo, sucinto, que realmente nós poderíamos apresentar para dar uma ideia a todos Deputados Municipais da situação que se encontra a Unidade de Tratamento Mecânica ou Biológica.

Portanto como puderam ver, a estação está praticamente concluída, os ensaios devem estar a começar em meados de janeiro até março, os ensaios da estação devem estar a ser executados. De qualquer das maneiras quero realçar que em relação aos acessos, um dos pontos principais da nossa Comissão, foram as acessibilidades realmente têm que ser definitivamente concluídas para que realmente os camiões não passem pela zona urbana. Agrada-me realmente ver que a estrada em alguma parte já está em construção. Embora não seja a solução ideal penso que é a solução que neste momento é possível.

De qualquer das maneiras penso que devemos realmente continuar a lutar pela ligação à A1. Porque temos ali realmente a autoestrada muito junta da Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológica, inclusivamente existe lá um nó desnivelado, existe lá uma passagem inferior, portanto que mais fácil é realmente fazer-se o acesso para a A1. Portanto quero apenas acentuar para a Câmara Municipal de Aveiro faça um esforço ainda maior para que realmente essa ligação se faça. Porque a solução mais correta e com menos impacto Ambiental que se possa efetuar é realmente a ligação à autoestrada que fica ali a 800 metros da Unidade de Tratamento Mecânica ou Biológica.

Outro assunto que eu queria dizer, era que antes do início efetivo da estação, se contactasse talvez a Universidade de Aveiro, que penso que é o órgão mais competente para este caso, para fazer um estudo, para apresentar uma monitorização antecipada do estudo do ar em toda aquela área envolvente. Que é para depois podermos ter um termo comparativo para o que a seguir se vai efetuar. Porque realmente em relação ao contrato da obra foi estipulado que tem que existir um estudo do ar nas diversas alterações do ar que ali pudessem existir. Portanto para isso teremos que ter um estudo comparativo e esse estudo comparativo penso que é agora que ele deverá ser feito, porque agora já tem a zona toda desmatada, já tem a estação concluída. Portanto já tem todas as condições para a estação começar a laborar livremente e, portanto, será a melhor solução de ser agora e não depois com as árvores todas que lá existiam nos estudos antigos, devem ser agora a partir deste momento, é que nós podemos ter um termo comparativo ideal para ver se realmente a estação vai prejudicar ou não o ambiente ali naquela zona e toda a região de Aveiro. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁸

“Obrigado Senhor Presidente. O Partido Socialista aproveita para se associar a esta última ideia do Deputado do CDS, porque me parece realmente uma coisa muito interessante de ser feita que poderá eventualmente depois ser traduzida em algum relatório ou em alguma recomendação.

Sobre a resenha do que sucedeu o meu colega de bancada já falou. E o que eu gostava de dizer aqui era a eficácia política do Relatório de Acompanhamento de uma Comissão que representa toda a Assembleia Municipal de Aveiro, órgão deliberativo, e com uma importância de fiscalização da atuação do Executivo. E portanto, esta vinda ou esta criação do Cluster do Lixo por parte do Senhor Vereador Pedro Ferreira e do Presidente Élio Maia, tinha três opções claras quando foi colocada esta questão que era: Não ficar de todo em Aveiro. Ficar com contrapartidas. Ou então, a pior de todas, que era ficar sem contrapartidas. E infelizmente, até ver é o que estamos a assistir.

O Relatório da Comissão aponta claramente no seu ponto 7 que, os constrangimentos em relação aos acessos dedicados e também à própria ligação Aveiro/Águeda, devem impor que a Unidade não começa a entrar em laboração sem que isto seja cumprido.

Eu pergunto qual é o entendimento da Câmara. E é isso que se impõe. Um, que se diga ou que comente, qual é a intenção da Câmara em relação ao início da laboração sem que estejam previstas todas as condições mínimas para que isto funcione? Dois, se é intenção da Câmara ou não exigir por parte da ERSUC, todo o prejuízo nas estradas como falou o Presidente da Junta de Eirol? E os outros Presidentes de Junta também terão os seus prejuízos, mas eventualmente o Presidente de Requeixo pelo que percebi a Junta não tenha sido afetada. Mas, as estradas municipais pela passagem dos camiões com excessiva tonelagem, e também a questão dos caminhos que foi aqui foi aqui abordada pelo Presidente da Junta de Eirol, portanto porque esta é que é a questão política: qual vai ser a posição da Câmara de Aveiro, ou não, se pode ou não impedir a laboração e como é que o vai fazer?”

Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos:[019](#)

“Peço desculpa, quem defende este Ponto é o Dr. Pedro Ferreira, mas eu só queria dar aqui duas explicações que me parecem importantes. Primeiro a ausência do Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara é preso por ter cão e preso por não ter! O Senhor Presidente da Câmara foi recebido pelo Ministério às 18 horas, teve reunido com a Senhora Ministra. Telefonou-me às 20 horas a dizer – olhe, eu vou ter muita dificuldade em chegar a horas à Assembleia. Por amor de Deus, não é desconsideração nenhuma em relação à Assembleia. Se não está cá é porque não pode estar em dois sítios ao mesmo tempo. É impossível. Julgo que ninguém pode estar. E eu recordo que esta é a quarta reunião da Sessão para tratar 7 Pontos na ordem do dia! E o Senhor Presidente veio às outras três reuniões.

Outra questão que eu gostaria de tocar e que me parece importante é o seguinte: que a responsabilidade, o atraso todo disto, é do Senhor Presidente da Câmara!?

Pronto o Senhor Presidente de Câmara não está cá e claro não se pode defender! Se ele cá estivesse, ele com certeza diria o seguinte: é natural que um Presidente de Câmara tente proceder de acordo a vontade da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia. É natural! E eu recordo, para quem já esteja esquecido disso, que o traçado definitivo, o primeiro, foi aprovado na freguesia e depois é que foi aprovado em reunião de Câmara.

E foi aprovado em reunião de Câmara precisamente no dia 17 de agosto de 2011. Portanto eram só estes dois pontos que o Dr. Pedro Ferreira não estava, mas que eu achei por bem esclarecer.”

Vereador Pedro Ferreira:[020](#)

“Vou tentar cingir-me àquilo que de facto foi dito com alguma importância. Como sabem eu tenho aqui alguma visão mais lata do assunto que aliás foi referido por algumas pessoas. Sou de facto representante dos municípios no Conselho de Administração da ERSUC, a empresa concessionária deste sistema multimunicipal de resíduos sólidos do

centro e, portanto, tenho aqui alguma visão mais global de todo este processo. No entanto vou tentar falar apenas daquilo que se cingir em relação à Unidade de Aveiro, que é aquela que está em causa e em relação a alguns assuntos que foram colocados.

Em relação ao TGV. A Unidade de Tratamento foi propositadamente colocada no lado mais poente do terreno, que foi adquirido para o propósito, devido exatamente à necessidade de prever o espaço canal para a passagem do transporte de alta velocidade que estava previsto na altura.

Este processo neste momento já não é necessário prever esse espaço, mas de qualquer forma foi prevista aquando do projeto e ficou assim.

Em relação àquilo que foi transmitido pelo deputado Paulo Marques dar-lhe esta nota. A empresa ERSUC S.A. é uma sociedade anónima de 96% de capitais públicos. É uma concessionária do Estado; há um consórcio entre o Estado e as autarquias em que têm um capital privado desde o início, devido a situações históricas.

O objetivo único de lucro que é obrigado a empresa ter é como todas as concessões multimunicipais a obrigação de dar ao acionista a rentabilidade de obrigações de tesouro mais 3%. Não tem mais obrigação de lucro nenhum, nem procura esse lucro.

Aliás, os seus Orçamentos são escrupulosamente verificados pela entidade reguladora do setor com a aprovação de neste momento a Senhora Ministra do Ambiente. E portanto, fazer essa correlação entre o lucro e a concessão ou aumento de concessão! Esse aumento de concessão foi exatamente dado à entidade por forma a conseguir amortizar o investimento de 115 milhões de euros que está a fazer.

Quanto aos investimentos à volta e a responsabilidade da empresa. Eu quero lembrar que a empresa, que já tem neste momento quase 18 anos de existência, foi também responsável pelo encerramento da lixeira em Taboeira e pela edificação daquilo que é neste momento o aterro sanitário como uma estação de triagem. E no âmbito disso mesmo e na altura quando foi concessionada, a mesma fez investimentos avultados na atual zona industrial da Taboeira. Portanto a empresa em si tem um historial longo de responsabilidade social perante os munícipes, nomeadamente de Aveiro e de Coimbra, que é onde tem instaladas as Unidades e também da Figueira da Foz onde tem uma Unidade instalada.

Portanto, nós para além deste historial, também devo dizer-lhe que a via de acesso à Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico está contratualizada com o empreiteiro desde o início da construção da Unidade de Tratamento, quer em Aveiro quer em Coimbra. Quanto à concretização eu irei já a seguir transmitir.

Em relação ao Partido Socialista. Eu fiquei aqui com uma nota que é: o Dr. Pires da Rosa veio falar do cluster do lixo e o Dr. Marques Pereira disse que a tecnologia instalada é boa.

Eu não falei muito sobre isso embora concorde com o Dr. Marques Pereira em relação à questão de um cluster ambiental, não um cluster do lixo! Acho que a área ambiental e nós temos no nosso município várias empresas certificadas, é um cluster muito interessante em termos daquilo que é, não só o emprego qualificado, mas também uma oportunidade de trabalho para o futuro. E portanto deixemos a questão do lixo como alguém disse aqui, o lixo é valioso, hoje em dia é muito valioso nalgumas áreas e é importante nós termos de facto emprego qualificado nesta área.

Isto para transmitir ao Senhor Presidente de Junta, que aquilo que a empresa está a contratar neste momento, são apenas e só pessoas com qualificações muito específicas na área do ambiente. Muitas delas não licenciadas mas sim já com qualificações superiores à licenciatura e, portanto, estas e que são três pessoas, que foram contratadas, têm estas qualificações que como é óbvio é muito difícil de preencher numa só freguesia.

Em relação àquilo que foi colocado em relação ao acesso à Unidade de Tratamento. Como eu vos disse, a via pela empresa está contratualizada desde o início. Nós tivemos uma alteração de posição como é sabido, e como é conhecido publicamente, quando houve

alteração da Junta de Freguesia. Respeitámos essa decisão, a empresa respeitou essa decisão, e o que se passou a partir daí foi os trâmites normais e burocráticos para concretizar o acesso à Unidade de Tratamento que está em curso.

Aquele mapazinho que foi aqui mostrado, no último slide, mostra aquilo que vai ser construído ao fim e ao cabo.

Neste momento posso já dar indicações que da parte da REN foi tudo ultrapassado e está autorizado.

Da parte da Reserva Ecológica, eu vou tentar explicar de uma forma simples e que todos percebam. Nós estamos a falar de uma estrada de cinco quilómetros. Nesses cinco quilómetros quatro quilómetros são feitos sobre caminhos existentes e um quilómetro é uma parte nova, exatamente para não passarmos em cima da igreja, nem da Junta de Freguesia.

O que a REN pretendeu e que é uma interpretação diferente e nós aceitaremos isso com certeza, porque não há um entendimento da REN em não autorizar, mas em alterar o procedimento.

Nós entendemos que num processo de cinco quilómetros, o processo é um só. E portanto estamos a pedir ao abrigo de um artigo.

O que eles entendem é que os quatro quilómetros em caminhos existentes é uma coisa, e um quilómetro em caminho novo é outra. Mas pronto, tudo bem, demorará mais uma semana, menos uma semana, mas não há nenhum problema.

E aquilo que existe, quer da Câmara, quer da empresa, é o compromisso de executar a obra até ao início de atividade plena da empresa. Esse é o compromisso que nós, quer Câmara quer empresa, querem cumprir e que estamos empenhados em cumprir.

Quanto às estradas. É nossa intenção com a execução da empreitada também fazer a reposição dos pavimentos que estão obviamente degradados devido (ouvem-se vozes). Às expensas da empresa como é óbvio. Aliás, eu disse, referi, no âmbito da empreitada que está em curso.

Quanto ao estudo da qualidade do ar. Como sabem a partir do momento em que a empresa entrar em testes e esses testes serão testes em vazio, irá ser começado a testar todo o sistema, inclusivamente as medições do ar. Por isso mesmo julgo que não será necessário um estudo específico, que as medições vão ser a partir do momento em que seja efetuado o teste em vazio. Só dar-vos essa nota.

Uma nota final se não me esqueci de mais nada. Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, verme e compostagem é um conceito muito interessante e que é usado nalgumas brincadeiras entre aspas. Nalgumas brincadeiras sérias porque concordamos que tudo o que é biológico é interessante. Agora nós vamos tratar naquela Unidade cento e noventa mil toneladas ano. Significava uns quilómetros valentes de minhocas em fila (e não esteja a abanar com a cabeça porque é assim mesmo) para podermos tratar toda aquela compostagem.

E depois mais uma nota. O biogás vem de compostos orgânicos e não de nenhum material petrolífero, está bem? Isso será aproveitado para uma outra matéria-prima que no início do estudo seria um custo grave para a empresa que nós já conseguimos alterar, que tem a ver com o chamado CDR, que é o combustível derivado de resíduos — ai sim, tem de facto resíduos de petróleo e aquelas pequenas lascas de plástico, pequenas coisas que entram.”

Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata: [021](#)

“Bom, eu não sei, se calhar posso já também fazer uma intervenção acerca de algumas afirmações que aqui foram feitas e também de algumas omissões de minha parte. E uma delas que me esqueci de dizer mas é importante, é agradecer o acolhimento não só por

parte do Dr. Alberto Santos enquanto Administrador da ERSUC, mas também do Sr. Manuel Vieira que teve a amabilidade de nos receber na sua Freguesia e de aproveitar essa nossa ida a Eirol para também nos mostrar a Freguesia e por isso mostrar também as suas preocupações.

Em relação às intervenções de alguns dos meus colegas de Assembleia, gostaria também de referir o seguinte: Esta Comissão foi imbuída de várias atribuições por parte desta Assembleia e alguns de nós parece que já as esquecemos.

E uma delas foi esta ação que nós desenvolvemos, que tem a ver com o ir dando conta a esta Assembleia através de uma proximidade maior que é dada à Assembleia em relação àquilo que é a implementação da Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico no nosso concelho — e por isso foi isto que nós fizemos agora.

Não quer dizer que não haja agora outros trabalhos e por isso outras atribuições nesta própria comissão tem. E uma delas é a monitorização. Por isso a preocupação com a monitorização está desde o início nas nossas atribuições conferidas pela própria Assembleia Municipal de Aveiro e por isso é que nós propusemos já há algum tempo que gostaríamos de continuar em funções e por isso que esta Assembleia autorizasse, e que autorizou que esta Comissão pudesse continuar até que quando entendesse pudesse reunir e acompanhar de perto a instalação e a monitorização desta Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológica.

Por isso algumas das intervenções que foram feitas, principalmente pelo BE, questionando as prioridades desta Comissão, tem a ver simplesmente com isto.

E já agora referir que realmente é pena que o Bloco de Esquerda até sendo só dois não falem à mesma voz não é!? E muitas vezes demitindo-se de participar nas nossas reuniões da Comissão. Porque se tivessem ido às reuniões da Comissão com certeza que poderiam ter feito as vossas propostas e podiam ter aprofundado mais aquilo que têm sido as preocupações de todos os membros da Comissão que têm participado.

Em relação também àquilo que foi a intervenção do membro na Comissão do Partido Socialista, só de realçar aqui que houve o subverter de muitos argumentos em relação àquilo que é a realidade, não é? E por isso arranjar aqui um conjunto de argumentos para depois dizer assim “a Câmara é culpada”, vamos crucificar a Câmara. A Câmara é que não procedeu bem todo este processo, não conduziu bem este processo!

Acho que o Senhor Vereador já explicou bem o que é que se passou e realmente a Comissão também tem entendido que aquilo que nos importa acima de tudo é que esta instalação seja uma realidade para bem de todo o município como aqui também já foi referido. Porque é muito importante que nós possamos de uma vez por todas acabar com o aterro de Cacia/Taboeira. Sabendo nós que mesmo esse aterro já foi também uma grande melhoria que nós tivemos em relação àquilo que era a lixeira de Taboeira — esse sim era um verdadeiro atentado ambiental.

E por isso, nós temos estado num caminho de realmente consolidação e de melhoria e de urbanidade do nosso município e isso apraz-nos registar. E por isso é com naturalidade que esta Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico está a ser instalado no nosso concelho e como aqui pudemos ilustrar há todas as condições para que realmente não haja nenhum problema ambiental. E agora, cabe-nos realmente enquanto Assembleia Municipal, criar alguma pressão se for necessário para que esta Unidade só possa funcionar estando garantidas as condições de acessibilidade mínimas, para que os lixos possam chegar ao seu destino e os produtos de valorização possam ser retirados também em todas as condições de segurança e de conforto para as pessoas do município de Aveiro. No entanto, frisando sempre que essas são as condições mínimas.

Porque as condições ideais é a construção da estrada Aveiro/Águeda. E é também a construção de um nó na autoestrada A1. E como é óbvio a reposição dos pavimentos que foram degradados naquela zona de proximidade. E que por isso faz todo o sentido também

a reivindicação que aqui foi feita pelo Senhor Presidente da Junta de Eiol e se calhar por outros nossos colegas de Assembleia, para que os caminhos possam ser repostos. Muito obrigado.”

(Entretanto deu entrada na sala o Presidente da Câmara Municipal)

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰²²

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰²³

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰²⁴

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰²⁵

Vogal Marques Pereira (PS)⁰²⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰²⁷

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰²⁸

“Duas notas. Hoje em dia estamos todos muito ecologistas, reduções de lixo e tal, eu compreendo. Só dar duas notas para voltar a transmitir aquilo que eu disse há bocado e disse-o no papel de Vereador — neste caso Vereador com o Pelouro do Ambiente.

A empresa tem demonstrado em todas as fases que está interessada em só iniciar a elaboração efetiva com a construção da estrada de acesso dedicado. Aliás a mesma iniciou já a construção.

Como sabem há uma parte que burocraticamente está a ser tratada e portanto não foi ainda para essa parte. Mas assim que estiver tratada, a empresa irá avançar para esse espaço. Julgo que muito em breve estará desbloqueada essa parte.

Em relação ao aterro. Não é aterro de Ribes. Seria também uma Unidade de Tratamento. Houve um processo de licenciamento junto da CCDR, mas não temos conhecimento do desenvolvimento se neste momento já está aprovado ou não pela CCDR.

Em relação às zonas industriais. Na revisão do PDM está previsto um alargamento substancial nomeadamente da zona industrial de Eixo, para aquela zona.”

Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):⁰²⁹

“Atendendo a que o relatório da Comissão servia simplesmente para apreciação por parte da Assembleia, da nossa parte parece-me que cumprimos a nossa missão de apresentar o relatório.”

Presidente da Mesa:⁰³⁰

“Penso que estamos em condições de encerrar este Ponto. Na qualidade de Presidente da Mesa e testemunha do trabalho desta Comissão, permitam-me louvar em nome de Aveiro todo o trabalho realizado pela Comissão Eventual de Acompanhamento da Instalação da Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico e, designadamente, nesta altura do momento plenário, relevar a recomendação desta Comissão. E lembro que este relatório é um relatório que deriva do trabalho de todos os partidos políticos do espectro que representa este parlamento e permitam-me terminar este Ponto lendo em viva voz, na voz de Aveiro, a recomendação do ponto 7:

«Dados estes constrangimentos viários que contrariam os pressupostos da instalação da UTMB no concelho de Aveiro, entende a Comissão que a UTMB não deverá entrar em laboração sem que um acesso dedicado esteja construído e em efetivo funcionamento».

De seguida o Presidente da Mesa deu por concluída a apreciação do 2.º Relatório da Comissão Eventual de Acompanhamento da Instalação da Unidade Tratamento Mecânico Biológico.

Ponto 8. – Propostas de Recomendação à Câmara Municipal, em Defesa do Interesse Público.⁰³¹

(As Recomendações em epígrafe, apresentadas pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, foram distribuídas a todos os membros da Assembleia Municipal, fazendo parte do original desta ata, anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal do Bloco de Esquerda para a apresentação dos documentos em epígrafe.

Vogal João Pedro Dias (BE)^{031a}

“Vou ser muito breve. Eu penso que já tiveram oportunidade de ler a proposta. Ela é bastante acessível a perceber o que é que está em causa. Gostava no entanto de salientar do ponto de vista político esta Proposta de Recomendação reflete sobre dois investimentos que não se irão efetuar em Aveiro. Aliás, constavam os dois no Orçamento, da apresentação do Orçamento por parte do executivo — provavelmente ainda não sabia e é natural que não soubesse.

Natural não seria que soubesse, mas não sabia eventualmente que por exemplo a Nissan não iria iniciar o investimento que prometia e que geriria 200 postos de trabalho, mas efetivamente as notícias que vêm a público é que esse investimento não vai acontecer.

E portanto se na altura de conceder as regalias fiscais o executivo achou por bem declarar que este investimento tinha interesse público e tinha interesse de geração de emprego, dinamização da economia da região, concedendo uma isenção fiscal que ronda sensivelmente 96% do valor pago, ou seja a Nissan teria pago a totalidade do valor fiscal e a Câmara estaria disposta a isentar 96% desse valor.

Tendo isso em conta, tendo em conta também que a Nissan além dessa isenção fiscal ainda tinha acesso a verbas do fundo QREN, já era um investimento bastante apoiado por fundos públicos. Parece-me que agora é altura de ver como é que estes investimentos estão parados e portanto decidir, tomar agora também uma decisão política, que defenda o interesse público.

Também a expansão da Unidade Fabril da Portucel e o processo de desafetação dos terrenos a RAN. Aliás, deste processo nós discordamos dele do ponto de vista político. Mas também há aqui questões formais que nos parecem que foram muito mal conduzidas e só essas questões formais no nosso entendimento já são suficientes para inviabilizar a decisão.

No entanto não gostaria de deixar de frisar que infelizmente ou por alguma razão a questão da Portucel não tem vindo tanto a público. Mas o Presidente Executivo, José Honório, de facto disse que o investimento estava parado por um défice estrutural de madeira. Ou seja, um défice estrutural de madeira, portanto de matéria-prima, para a Portucel! Entenda-se bem, é uma questão que não se resolve de um dia para o outro. E portanto acho que se a Portucel de facto tem esse entendimento, que não há condições estruturais para avançar com esse investimento, então também não devia ter proposto à Câmara — aí acho que não procedeu corretamente. Seja como for há outras questões em causa. E aquilo que o BE muito simplesmente pretende que seja deliberado é que estas decisões que foram tomadas na altura em defesa da economia local, do interesse público, da geração de empregos, agora que são factos consumados ou factos consumados que não

serão consumados, se o executivo está disposto a tomar agora as decisões contrárias e que também elas em defesa do interesse público. E portanto reverter, no caso da expansão da Unidade Fabril da Portucel, dar outra vez a natureza aos terrenos que pertenciam à Reserva Agrícola Nacional, devolve-los a essa reserva. E no caso da Nissan revogar a decisão. Se bem que há notícias contraditórias de que a Câmara terá devolvido o valor, há outras notícias que dizem que efetivamente terá mantido o valor da totalidade do importo na sua posse. Mas aquilo que se espera da parte do executivo, e que esta Assembleia proponha ao executivo, é que de facto seja clara agora nestes momentos e que defenda o interesse público.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 30.º do Regimento:⁰³³

“Eu gostava então se fosse possível, que o Senhor Presidente indagasse o Senhor Presidente da Câmara sobre se devolveu ou não a tal quantia que está em causa, em relação à Nissan.

E se em relação ao projeto de alteração dos terrenos da Portucel que nós aqui aprovámos, se foram alterados o usufruto desses terrenos?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁴

“Estas propostas de recomendação do BE são normalmente interessantes, até porque foi aqui dito já por um Senhor Deputado, que estamos perante dois investimentos que não se vão realizar.

Portanto não se vão realizar, está o problema resolvido. Logo, o primeiro entregou o dinheiro, receberá o dinheiro, a devolução quando completar e se estiver o projeto a funcionar. Se não se vai realizar, não vai funcionar, está o problema resolvido! O primeiro, o da Nissan, está naturalmente resolvido.

O segundo da Portucel. Como aqui foi dito já inúmeras vezes, a desafetação daquele terreno é cirúrgica — é naquele espaço e é para aquele fim. Se agora alguém pretender dar outro fim àquele espaço não pode. É só para que a Portucel possa ampliar ou construir uma fábrica nova naquele espaço. O que seja diverso disto o terreno continua na Reserva Agrícola Nacional, porque é específico, é para aquele fim.

E também esclarecer aqui outro pormenor que é importante. A única entidade que no país tem competência para desafetar ou não desafetar um terreno de uma Reserva Agrícola não é nem o Executivo Municipal, nem é a Assembleia Municipal, nem é qualquer outra entidade.

O Executivo Municipal quando se pronunciou sobre este assunto, a Assembleia Municipal quando aqui se pronunciou sobre este assunto, não foi para desafetar nada, rigorosamente nada da Reserva Agrícola.

A Assembleia e o Executivo pronunciou-se apenas, e só, sobre o interesse daquele empreendimento aqui ser feito em Aveiro.

Face a isto a Assembleia tomou a sua posição. Essa posição vai para a tal entidade que no país pode decidir, analisou, refletiu, confrontou com a Lei, verificou e tomou uma decisão e desafeta o terreno, para aquilo. Condicionado a esse fim apenas e só e a mais nenhum fim.

Outra nota ainda. Este processo da desafetação ou este pedido de desafetação podia decorrer apenas na fase da elaboração do Plano de Pormenor. Porque como sabem todo este processo está a caminhar agora, está a ser preparado fase a fase até se concluir o Plano de Pormenor. E nessa altura podia vir apenas cá nessa altura o pedido de desafetação do terreno.

Pareceu-nos a nós que andaríamos muito tempo, porque no âmbito de todas as entidades que se terão pronunciar nessa altura, especificamente em relação ao Plano de Pormenor

está a RAN. E porque a RAN é de uma importância nuclear neste processo, pareceu-nos que era melhor acautelar já à cabeça essa garantia de que a RAN não iria depois levantar obstáculos, para não andarmos todos aqui a ter trabalho e a gastar dinheiro e no fim poder eventualmente a RAN vir dizer: - Não autorizamos. E o parecer dela é vinculativo! Então resolvemos inverter o que era a ordem normal. Avançámos já com a RAN neste processo para ter a certeza absoluta que aquilo que vamos fazer irá ter no momento próprio a devida continuidade porque já está aprovado pela entidade que é a entidade que tem competência nessa área.”

Presidente da Mesa⁰³⁵

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰³⁶

Presidente da Mesa⁰³⁷

Vogal João Pedro Dias (BE):⁰³⁸

Presidente da Mesa⁰³⁹

De seguida inscreveram-se para usar da palavra, os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁰

“Excelentíssimo Senhor Presidente, excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhor Presidente de Câmara, excelentíssimos Senhores Deputados Municipais. Após uma leitura da Proposta de Recomendação apresentada pelo BE, em defesa do interesse público, cumpre-nos fazer uma outra apreciação simples. Nós compreendemos algum intuito que tem o BE na apresentação desta proposta, a salvaguarda do interesse público, sim senhor, é um tema que também nos é caro a nós e compreendemos até algum do espírito que portanto tem esta Proposta de Recomendação. Mas não procurando entrar nos aspetos da legalidade, nos aspetos mais jurídicos, um pouco até na história daquilo que o Senhor Presidente de Câmara acabou de colocar, mantendo a discussão deste documento no Plano unicamente material cumpre-nos dizer o seguinte e recordando posições anteriores do PCP em relação a isto, quer um quer outro processo, tendo sido aqui apreciados na Assembleia Municipal, nem um nem outro o PCP se opôs, porquê? Porque o PCP considera e é parte do seu compromisso com o eleitorado aveirense, que é necessário que a nossa cidade, que o nosso concelho sejam capazes de atrair investimento, capaz portanto de suprir as graves carências de emprego que há no nosso concelho. Nesse sentido, naturalmente respeitando a Lei consideramos que a instalação portanto de Unidades Fabris, aumentando a produção do país, porque este é um problema do nosso país, um problema de produção nacional claro está, a instalação de Unidades Fabris no nosso concelho era importante. Importante para o nosso concelho, para o nosso país e naturalmente é este o escopo do nosso compromisso com o eleitorado. Assim nós consideramos que faz sentido que a Câmara Municipal de Aveiro saia da frente, não seja um obstáculo portanto à instalação de Unidades no nosso concelho. Nós considerámos e consideramos e consideraremos com certeza, ainda mais afincadamente num futuro próximo, que é necessário que se criem as condições necessárias para portanto a instalação de Unidades. Tivéssemos nós mais emprego no concelho de Aveiro. Assim, nós consideramos que estes dois projetos deveriam ser apoiados e repito, que estou apenas a referir-me a aspetos materiais portanto destas instalações. Foi por isso que nós apoiámos. Ora, sabemos hoje que se não está destruído, está pelo menos cancelado — refiro-me portanto à Nissan e os dados não serão ainda totalmente certos, mas à partida estará portanto o projeto na gaveta digamos assim. Contudo nós não dissemos, nós não considerámos a nossa posição em relação a este projeto por ser a Nissan, não foi tuti-

persone. Nós não obstaculizámos por ser a Nissan, como não obstaculizaríamos por ser outra empresa qualquer. Portanto a questão aqui não é da Nissan. Se a Câmara apoiou aquela instalação, nós não obstaculizamos essa posição da Câmara precisamente por isso. Em relação à situação da Portucel, tomando como boas as palavras do Senhor Presidente da Câmara, também a situação é similar portanto e nós consideramos que também era importante para o nosso concelho que aquela unidade, pudesse portanto potenciar-se a si própria e crescer. Neste sentido, ainda compreendendo, há aqui aspetos que o Bloco de Esquerda levanta e algumas preocupações que naturalmente têm o seu valor, mas enfim, não queremos que portanto esta recomendação tenha sido completamente bem formulada. Tenho dito.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴¹

“Eu vou falar essencialmente na segunda volta, mas gostava só de deixar claro que para o BE aqui, a política da Câmara Municipal parece que falhou completamente no que diz respeito à vinda de investimento para o concelho de Aveiro. E isso quer dizer uma coisa muito simples, não é assim que se trás investimento, o que se quer é precisamente o oposto. O que se quer é investimento das empresas e não investimento público, para as empresas terem dinheiro. Quando se perdoa dinheiro às empresas privadas, o que se está a fazer é dar, é entregar dinheiro público a empresas privadas. Para além das irregularidades que o documento refere, é este princípio político que está errado e de que falarei depois das intervenções dos Senhores Deputados.”

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁴²

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁴³

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁴⁴

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁵

“Brevemente. Eu penso que realmente a discussão depois das explicações do Senhor Presidente da Câmara se circunscrevem à questão política e do brilharete político que o BE pretendia fazer com esta Moção. Eu penso que o BE deu um tiro ao lado porque acaba por fazer uma Moção, ainda por cima apresentada em argumentos jurídicos (para já o artigo não vem todo citado, começa logo por aí), e depois fala do benefício fiscal!?”

Até no primeiro da Nissan, não traduz depois o estatuto de benefícios fiscais previstos para o investimento e o código de estatuto fiscal também específico para o investimento na indústria etc.. Quer dizer, acaba por prestar um mau serviço do meu ponto de vista à esquerda — mas isso lá saberão com certeza e hão de ter com certeza que não é um problema do PS, pode até ser um benefício, aliás como tem sido refletido nos últimos tempos do ponto de vista eleitoral e penso que vai continuar a suster no futuro, sobretudo (e tenho essa esperança) no período autárquico, pelo desenvolvimento do trabalho que o BE tem feito. Mas ainda assim será a minha avaliação.

Não obstante eu gostaria só de dizer para que ficasse claro que na altura da deliberação que foi tomada de interesse público, realmente existiu uma questão em relação à alínea pela qual nós estaríamos a deliberar. Eu penso que depois houve uma interpretação acerca disso, mas para que fique claro, em primeiro lugar não é a Câmara Municipal nem esta Câmara nem esta Assembleia Municipal que compete fazer a aprovação do que quer que seja (como o Senhor Presidente da Câmara explicou) nomeadamente em relação ao regime específico da RAN. Penso que na altura não vinha citado (eu penso que seria o artigo 18) que prevê também a excecionalidade de que este processo da Celulose consignada em si mesma.

Quanto ao prazo penso que serão cinco anos, segundo diz a Lei. E eventualmente se estiver previsto no Plano Municipal de Ordenamento, que penso que não está, seria na durabilidade do Plano Municipal.

De qualquer forma o fito específico com que isso está marcado, a objetividade concreta da necessidade daquele investimento para a fábrica de Cacia, da Portucel, o que realmente resulta preocupante, e de alguma maneira se deve ter, são as declarações dos dirigentes da Portucel e a não concretização efetiva se vier a acontecer o investimento.

E isso é que deve preocupar o município. E é com isso que o município se deve preocupar essencialmente.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, eu estava convencido que realmente o BE tiraria esta proposta e este Ponto, depois de ouvir as explicações do Senhor Presidente da Câmara, aliás já achava que se calhar nós não iríamos discutir este Ponto. Porque eu compreendo que esta Moção pudesse já estar preparada há algum tempo e por isso que a partir do momento em que se verificou que realmente não seria, isto não teria fundamentação, sustentação, que realmente fosse retirada. Não o faz! E não o faz por um argumento que me parece, aliás que já tem sido usado várias vezes, é que o BE é contra o investimento privado. E engraçado que ainda há pouco tempo nós falávamos aqui da Coreia do norte e eu resolvi ver o que é que se passa em Pyongyang. E não é que quando se coloca a palavra-chave no Google de investimento privado, surge logo a dizer que até em Pyongyang realmente o investimento privado é bem-vindo. Na Coreia do Norte estão a incentivar o investimento Japonês. O que quer dizer que, por isso até aquelas comunidades mais radicais estão realmente, veem bondade no investimento privado, que o tem, que o tem! É que o BE olha sempre para tudo quanto seja investimento que não seja público com toda a desconfiança do mundo. Toda! Mas mesmo algum investimento que seja público tem que se ter em atenção quem é que realmente o está a propor, porque não se sabe realmente que marosca é que pode estar por trás. Ou seja, é um clima de completa desconfiança que o BE nos transmite constantemente nesta Assembleia Municipal.

Eu espero que realmente o BE a nível nacional não seja assim. E por isso seja um partido que a nível nacional possa contribuir com algo de bom realmente para a nossa sociedade e não simplesmente pelo facto de constantemente estar a desconfiar, a denegrir, tudo quanto sejam pessoas, instituições, que muitas vezes e a maior parte das vezes, fazem o seu melhor para que as comunidades possam ser melhores.

E por isso o município de Aveiro, aquilo que nós temos vindo a assistir, é que realmente há uma preparação de investimento privado. Criamos as condições para que realmente as empresas grandes possam optar por instalarem aqui as suas unidades fabris. E também ao mesmo tempo, temos visto, que no município de Aveiro se incentiva a formação de pequenas empresas de iniciativas de capital humano que nós temos e felizmente temos capital humano especializado através da nossa Universidade que deve ser utilizado, deve ser incentivado, a realmente a ficar nesta nossa região e a contribuir para a riqueza desta região. E com isto querendo dizer para o bem-estar da nossa população.

Também juntamos a isto outras boas condições como as acessibilidades, que felizmente estamos dotados e também (e gostaria só de realçar também aqui) a credibilidade fiscal.

A credibilidade fiscal, que nós neste nosso município verificamos em relação às empresas e hoje fala-se muito nisso, em que nós não sabemos e as empresas não sabem muito bem, qual é a política fiscal a nível nacional, nós no município de Aveiro temos dado boas provas daquilo que é a estabilidade fiscal quando nós estabelecemos quanto é que seria a Derrama por um processo já durante o processo eleitoral e tem-se mantido este compromisso porque é assim que nós podemos criar confiança aos investidores, é assim

que nós devemos criar confiança aos aveirenses de que realmente é aqui que nós podemos investir.

Agora não devemos ficar tristes, quer dizer ficar tristes podemos ficar, mas não é sinal para alarme se por acaso uma ou outra empresa maior e que podia criar também e contribuir para a riqueza do nosso município, por algum motivo, por outras opções, deixa de querer financiar.

Temos neste momento e neste caso os casos em que o BE está a pegar. Já aqui o Senhor Presidente da Câmara já explicou que realmente não fazem sentido de ser, mas significam simplesmente que são opções em que se estas empresas quiserem investir em Aveiro serão bem acolhidas e terão os benefícios próprios daquilo que o município de Aveiro pode dar, mas que acima de tudo eu reforço, é a credibilidade. Muito obrigado.”

(Entretanto saíram da sala os Vogais Manuel Vieira dos Santos e Carlos Mário Magalhães Anileiro).

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰⁴⁷

“O deputado Manuel António Coimbra entendeu, no seu estilo muito próprio, insinuar que de alguma forma que regimes que nos dizem alguma coisa como Coreia do Norte são algum exemplo. (ouvem-se vozes). Se quer falar sobre a Coreia do Norte não pode dirigir-se ao Bloco, porque o Bloco condena aquela ditadura. E portanto, sobre lições dessa matéria não tem a mínima ponta por onde se pegue. O Bloco condena veementemente essa ditadura. Portanto se quiser mandar esses recadinhos vai ter de os mandar para outros partidos. Inclusive, nós sabemos que agora a EDP tem o Estado Chinês como acionista. Portanto vocês nessa matéria, sobre partidos comunistas e partidos totalitários, têm muito mais que falar do que nós.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁸

“Três notas quanto à desafetação. Ainda não sei precisar o número exato de anos, mas há limite temporal para essa desafetação. Muito embora aqui, como já expliquei, este pedido de desafetação era importante para ser preparado o Plano de Pormenor (o estudo). É essa condição que é essencial para se fazer o estudo do Plano de Pormenor que há-de vir aqui depois a esta Assembleia.

Portanto, independentemente do curto espaço de tempo que possa ter a validade desta desafetação, no fundo o que vai valer depois no resto da desafetação é o Plano de Pormenor que virá aqui à Assembleia, para a Assembleia se pronunciar em relação a esse assunto.

Quanto às taxas e aos custos eles foram integralmente, na totalidade, pagos ao município. O município recebeu tudo aquilo que tinha para receber. Irá respeitar, se tal se concretizar da outra parte, aquilo que foi a deliberação que foi tomada. Se avançarem, estando com a licença de utilização daquele espaço, naturalmente iremos devolver (e não entregar dinheiro nosso à empresa) uma parte desse dinheiro que ela entregou.

Referir aqui um aspeto que o Senhor Casimiro levantou, que é relevantíssimo neste processo. Falamos apenas na Portucel, mas há muito mais do que a Portucel! Se calhar a parte mais relevante e mais significativa e o Senhor Casimiro colocou aqui é a questão que tem a ver com todo o desenvolvimento, com todo o ordenamento urbanístico, com toda uma nova frente que ali se pretende criar. E que este projeto ao concretizar-se vem potenciar e vem otimizar. Há ali uma nova realidade nascente naquele espaço e essas novas perspetivas que se abrem são uma mais-valia profunda neste projeto.

Quanto ao BE, reparem só numa ou duas argumentações que são aqui utilizadas. O Ivar dizia assim: – não é assim com apoio que se consegue trazer investimentos. Bem, se não é

com apoios não sei como há-de ser!? Não sei qual é a outra forma. Certamente que o BE nos vai explicar como é que se com apoios não conseguimos trazer investimentos, como é que isso se faz?

Depois também a conclusão que tirou foi que estamos a entregar dinheiro às empresas privadas! Temos ali uma máquina de fazer dinheiro e penso que o Dr. Pedro, o Eng.º Carlos Santos, ali a Teresa, a Ana, vamos dando dinheiro assim às empresas privadas!

É evidente que isto é tudo demagogia. Isto é evidente que é irresponsabilidade. Não tem outro termo.

A riqueza cria-se, não há outra forma, criando investimento e criando emprego — é assim que se cria.

E se criar, se criar investimento e se criar riqueza, o primeiro a ganhar é o próprio município. É tudo aquilo, todas as receitas que vai gerar no IRS, no IRC, cria uma dinâmica e isso cria riqueza, cria o bem-estar, e permite que as pessoas vivam melhor. Tal como dizia o Senhor Casimiro, também eu vos perdoo.”

Membros da Assembleia

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁹

“Pronto, aqui das declarações do Presidente, elas bastante ideológicas reconheça-se, parece que há um lado técnico e um lado ideológico deste lado, não. As suas declarações são muito ideológicas. E delas trata-se que não existe mercado livre. Porque vocês dizem “não há investimento sem apoios públicos.” Ah, não sabia!? É que os ultraliberais e liberais que fazem parte do vosso partido dizem que o mercado livre não aceita intervenções do Estado, mas quando é para dar dinheiro toda a gente acha isso natural! Portanto a vossa ideologia do mercado livre está completamente pelas ruas da amargura. Quem cria riqueza é o trabalho, sobre isso podem dizer o que quiserem, mas é o trabalho que cria riqueza. Podem querer inverter o sentido das coisas, mas essa é que é a verdade. No entanto o que está a acontecer é que continua a haver benefícios fiscais para as empresas e continuam a subcarregar os trabalhadores. Sabemos como é que é esse processo com o Pingo Doce. Aliás, está-se a ver como é que é e como é para os trabalhadores portugueses, para quem o custo de vida e os impostos sobre o salário está a aumentar.

Sobre a questão da Nissan. Aquilo que ouvi na Comunicação Social, e que a Nissan apelou, era que as outras Unidades Fabris espalhadas pelo mundo garantiam a satisfação da produção que eles pretendiam.

Outra coisa que é preciso relembrar em relação às políticas de isenções fiscais, é que elas já existiam e são precisamente essas políticas que nos trouxeram até aqui.

Esta política do regabofo, do desperdício dos dinheiros públicos e de isenção dos impostos a pagar pelas empresas privadas, portanto se até no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro há medidas gravosas e que aumentam as taxas para o uso de espaço público, no entanto para empresas já elas dotadas de meios há sempre disponibilidade para dar isenções fiscais. E é essas políticas. Nós já até já fizemos aqui um pequeno pormenor, quando foi na altura de votar a Derrama, nós defendemos que a Derrama reduzida para quem tinha menos faturação fosse reduzida e a outra fosse aumentada. Portanto não venham dizer que nós fazemos tábua rasa sobre como se deve agilizar o investimento privado, simplesmente não caímos nesses discursos fáceis que vocês caem.

Em relação a esta proposta e a razão de não a retirar é muito simples. Na altura tinha feito uma primeira proposta onde dizia que devia ser restituído o valor. Depois li na imprensa que o valor não teria sido dado à empresa e portanto seria dado posteriormente e alterámos a redação da proposta para simplesmente revogar a decisão, visto que os moldes alteraram-se.

Aliás a esse respeito digo ou faço questão de lembrar que já no caso da adesão à AdRA, a proposta de adesão à AdRA voltou a esta Assembleia para incluir um município. Ou seja, alteraram-se os moldes e veio novamente a decisão a esta Assembleia.

E agora está aqui este sururu todo porque é pedido para reverem uma decisão cujos moldes se alteraram profundamente? É muito estranho. Se não querem votar uma coisa política, que politicamente é-vos custosa, assumam isso mesmo.

E também há outra coisa curiosa. Não tiraram da agenda o Ponto que cria a desafetação dos terrenos! Ou seja, o reconhecimento de interesse público à Portucel apesar de estar mal redigido e dizer que era para investimentos públicos, não retiraram o Ponto e esta proposta que visa corrigir essa situação havia de ser retirada do Ponto de Ordem Dia. Quer dizer, haja o mínimo de coerência. É óbvio que a situação que aqui está incorreta foi os moldes em que foi aprovado o reconhecimento público que possibilita a desafetação dos terrenos.

E há outro pormenor também que não parece que tenham lido: - é que esse reconhecimento público devia vir com um prévio parecer de uma entidade, como aliás tinha acontecido noutra proposta semelhante também desafetação de terrenos de Reserva Agrícola Nacional, que era o caso dos terrenos do Beira-mar, essa proposta vinha com o parecer de uma entidade. E é assim que a Lei diz: Primeiro deve vir um parecer de uma entidade e depois nós pronunciamo-nos sobre o interesse. Basta ler a proposta! Está lá na proposta clarificada e indicado qual a Lei que diz que isso deve ser assim. E nesse sentido gostava de salientar que na questão da Portucel ainda há outro pormenor, é que nós desafetamos formalmente, incorretamente, e há artigos que reconhecem que caso as entidades públicas conduzam mal esse processo são elas próprias que assumem as responsabilidades.

Mas a entidade pública que reconheceu interesse público a uma empresa privada com base numa alínea que diz que é uma empresa pública foi a autarquia. Portanto a autarquia pode ser chamada à responsabilidade. Eu acho que vocês deviam ser mais modestos, já tiveram problemas com o Plano de Saneamento Financeiro.

Sempre que há questões legais está sempre tudo bem, está tudo porreiro, e no entanto vem uma auditoria ao Plano de Saneamento Financeiro e as coisas nem sempre estão bem.

Portanto alguma modéstia e algum sentido de responsabilidade para pelo menos corrigir este projeto.

Até podem reconhecer novamente o interesse público neste projeto que está morto, mas ao menos reconheçam legalmente bem.

Formalmente o reconhecimento de interesse público está mal feito. Portanto este Ponto mantém-se atual. Se não querem votar politicamente por alguma razão, não o façam, mas não aleguem desculpas formais que não existem.”

Vogal Filipe Guerra (BE)⁰⁵⁰

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁵¹

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁵²

Vogal João Pedro Dias (BE):⁰⁵³

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁵⁴

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)⁰⁵⁵

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁵⁶

Presidente da Mesa:

Proposta de Recomendação A

«1. Que revogue a decisão tomada de redução da taxa urbanística devida pela Nissan Battery Manufacturing Portugal S.A. Mantendo assim nos cofres públicos o valor arrecadado de 132.344,42 €.»

De seguida, o Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta A⁰⁵⁷ de Recomendação à Câmara Municipal, em Defesa do Interesse Público, sendo a mesma rejeitada com trinta e dois votos contra (PSD19+CDS5+PS7+IND1), uma abstenção (PCP1), e dois votos a favor (BE2).

Proposta de Recomendação B

«2. Tomar as devidas diligências para que os 65.700,00m² de terreno que antes faziam parte da Zona de Reserva Agrícola Nacional o voltem a ser, aproveitando para corrigir erros processuais em articulação com as entidades competentes. Assegurando não só a restituição da tipologia dos terrenos como também averiguando que o respetivo uso é cumprido.»

O Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta B⁰⁵⁸ de Recomendação à Câmara Municipal, em Defesa do Interesse Público, sendo a mesma rejeitada com trinta e dois votos contra (PSD19+CDS5+PS7+IND1), uma abstenção (PCP1), e dois votos a favor (BE2).

Não houve declarações de voto.

Presidente da Mesa⁰⁵⁹

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁶⁰, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando, deu por encerrada a Sessão Ordinária de dezembro da Assembleia Municipal⁰⁶¹.

Eram 24:00 horas do dia 11 de janeiro de 2012.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)